Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região

Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo 0010099-74.2021.5.03.0134

Processo Judicial Eletrônico

Data da Autuação: 09/02/2021
Valor da causa: R$ 26.465,06

Partes:

AUTOR: ROGERIO ALVES DE OLIVEIRA
ADVOGADO: VANESSA BEATRIZ FONTES
RÉU: COMERCIAL BARRON LTDA - ME
ADVOGADO: RODRIGO LOPES FREITAS FONSECA
RÉU: RONEI ALVES DA COSTA
ADVOGADO: RODRIGO LOPES FREITAS FONSECA
TERCEIRO INTERESSADO: 1º CRI LOCAL
TERCEIRO INTERESSADO: GLENER BRASIL CASSIANO

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
5ª VARA DO TRABALHO DE UBERLÂNDIA
ATSum 0010099-74.2021.5.03.0134
AUTOR: ROGERIO ALVES DE OLIVEIRA
RÉU: COMERCIAL BARRON LTDA - ME E OUTROS (1)

EDITAL DE LEILÃO

O MM. Juiz Titular da Vara **DR. CELSO ALVES MAGALHÃES** torna público que no dia e horário designados abaixo designados, no site oficial do leiloeiro: www.leiloesbrasilcassiano.com.br, serão levados a público por pregão de vendas e arrematação, na modalidade exclusivamente eletrônica/ online, os seguintes bens com suas respectivas avaliações:

DESCRIÇÃO DO(S) BEM(NS):

Quota-Parte pertencente ao Sr. Ronei Alves da Costa, CPF 451.195.386-49, de um terreno situado neste município, no local denominado "Chácaras Panorama I", à Rua do Pinheiros, designado por lote nº 16 da quadra 09, medindo 50m de frente e aos fundos, por 100m de extensão dos lados, com área total de 5.000m2.

Matrícula nº 49.363 registrada no Cartório do Primeiro Ofício de Registro de Imóveis de Uberlândia/MG.

Benfeitorias não averbadas: conforme consta no cadastro de imóveis da Prefeitura Municipal de Uberlândia, o imóvel possui 51,26m2 de área construída com suas instalações e benfeitorias existentes.

Imóvel localizado na Av. dos Pinheiros, 358, Chácara Panorama, rua não pavimentada, sem passeio, terreno cercado de esquadria metálica usada, terreno gramado, em bom estado de conservação, ora avaliada a Quota-Parte pertencente ao Sr. Ronei Alves da Costa, em R$210.000,00

VALOR TOTAL DA AVALIAÇÃO DA QUOTA-PARTE: R$210.000,00 (duzentos e dez mil reais).

Se porventura o(s) bem(ns) não alcançar(em) lance superior ao valor da avaliação no primeiro leilão, será realizado segundo leilão a quem ofertar maior lanço, não inferior a 50% da última avaliação.

PJe Documento assinado eletronicamente por ANA CAROLINA MATIAS REZENDE, em 20/10/2025, às 13:50:00 - 7ddf86f

DATA DO LEILÃO:

- 2 de Dezembro de 2025 - 14:00 horas (1º Leilão) e 14:30 horas (2º Leilão)

LOCALIZAÇÃO DO(S) BEM(NS): Av. dos Pinheiros, 358, Chácara Panorama, Uberlândia/MG

FORMA DE PAGAMENTO: O pagamento deverá ser feito de uma única vez, em até 24 horas após ter sido declarado vencedor pelo leiloeiro se à vista, ou na forma do artigo 895 do CPC se parcelado.

CONDIÇÕES DO LEILÃO: O leilão será regido pelo Decreto Lei 21.981/32; Código Penal; CLT, CPC e CTN, nas seguintes condições:

O leilão será realizado pelo leiloeiro **GLENER BRASIL CASSIANO** na data e horário mencionados acima, podendo ser prorrogado por até 30min.

Nos termos do art. 887 §2º do CPC, o presente edital será publicado **pelo leiloeiro** no endereço eletrônico www.leiloesbrasilcassiano.com.br

*P*ara participar do leilão eletrônico, o(a/s) interessado(a/s) deverá realizar o cadastro e se habilitar no sítio eletrônico do leiloeiro (www. leiloesbrasilcassiano.com.br *)* e, somente após a análise dos documentos obrigatórios e liberação do *login* de acesso, poderá(ão) ofertar o(s) lance(s).

Compete ao(à/s) interessado(a/s) na arrematação a verificação do estado de conservação dos bens, não podendo o(a/s) arrematante(s) alegar(em) desconhecimento de suas condições, características, compartimentos internos, estado de conservação e localização. As alienações são feitas em caráter *ad corpus.*

Os créditos tributários relativos a impostos cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse de bens imóveis, e bem assim os relativos a taxas pela prestação de serviços referentes a tais bens, ou a contribuições de melhoria, sub-rogam-se na pessoa do adquirente sobre o preço pertinente, integrando o lance oferecido à arrematação, salvo quando conste do título a prova de sua quitação (art. 130, parágrafo único, do CTN).

O(A) fiel depositário(a) do(s) bem(ns) deverá permitir a visitação com horário pré-agendado, mediante pedido do(a/s) interessado(a/s) nos autos.

PJe Documento assinado eletronicamente por ANA CAROLINA MATIAS REZENDE, em 20/10/2025, às 13:50:00 - 7ddf86f

Os bens que não receberem ofertas ficarão disponíveis para o recebimento de lances no prazo de até 90 dias conforme autorizado nestes autos, desde que respeitadas todas as condições do leilão realizado, que serão levados à apreciação do Juiz Titular da Vara.

Pelos serviços prestados, caberá ao leiloeiro comissão no percentual de 5% (cinco por cento) sobre o valor da arrematação para bens imóveis e 10% (dez por cento) para bens móveis, **a ser paga pelo(a/s) arrematante(s)**.

O pagamento da arrematação e da comissão serão feitos mediante depósito judicial.

No caso de inadimplemento ou desistência da arrematação, por qualquer motivo, exceto os previstos em lei, o arrematante não terá direito à devolução da comissão do leiloeiro. Na hipótese de não pagamento da comissão, o leiloeiro poderá promover a execução do valor devido nos próprios autos ou, ainda, levar o título (auto de arrematação) a protesto perante a serventia extrajudicial competente, nos termos do art. 245, §4º do Provimento Geral Consolidado do TRT da 3ª Região.

Nos termos do Provimento Geral Consolidado nº 3/2015, do TRT 3ª Região, se o(s) bem(ns) for(em) arrematado(s), no caso de acordo, ou pagamento da dívida (remição) requeridos após o leilão, o leiloeiro será remunerado com o correspondente percentual de 5% sobre o valor da avaliação do bem, a ser pago pelo executado no dia da remição, e no caso de adjudicação, a remuneração do leiloeiro será paga pelo(a/s) adjudicante(s) e será depositada antes da assinatura da respectiva carta.

A arrematação só será concluída após a homologação pelo juízo.

Caso o(a/s) devedor(a/es) não possua(m) procurador(a/es) habilitado(a/s) no feito, deverá(ão) ser intimado(a/s) do leilão e dos ônus que lhe serão impostos por oficial(a) de Justiça.

Nos termos do art. 358 do Código Penal, quem impedir, perturbar ou fraudar a arrematação judicial, afastar ou procurar afastar concorrente ou licitante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem, estará sujeito à pena de detenção de dois meses a um ano, ou multa, além da pena correspondente à violência.

E para que se dê ampla divulgação, determinou o MM. Juiz a publicação deste edital no Diário da Justiça Eletrônico Nacional – DJEN/CNJ, bem como na seção de leilões no site do TRT 3ª Região (trt3.jus.br).

ALEX RODRIGO DE ANDRADE REZENDE

PJe Documento assinado eletronicamente por ANA CAROLINA MATIAS REZENDE, em 20/10/2025, às 13:50:00 - 7ddf86f

Diretor de Secretaria

Expediente redigido por: ANA CAROLINA MATIAS REZENDE

UBERLANDIA/MG, 20 de outubro de 2025.

ANA CAROLINA MATIAS REZENDE
Servidor

Documento assinado eletronicamente por ANA CAROLINA MATIAS REZENDE, em 20/10/2025, às 13:50:00 - 7ddf86f
https://pje.trt3.jus.br/pjekz/validacao/25102013495759000000230756814?instancia=1
Número do processo: 0010099-74.2021.5.03.0134
Número do documento: 25102013495759000000230756814